



POLÍTICA DE COTAS E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Andreliza Cristina De Souza
Mary Ângela Teixeira Brandalise

Resumo

Este trabalho constitui uma investigação quanto à efetividade da política de cotas para democratização do acesso ao ensino superior, implementada numa universidade pública paranaense. Teve por objetivo identificar se a opinião dos estudantes cotistas e não cotistas, a política de cotas implementada desde 2006 na instituição tem possibilitado (favorecido) a democratização do acesso ao Ensino Superior. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo que teve por instrumento o questionário aplicado a 596 acadêmicos. A análise dos dados coletados foi realizada segundo a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo- DSC. Os resultados indicam que a maioria dos estudantes acredita que a política de cotas favorece a democratização do acesso ao ensino superior sendo possível concluir que a política de cotas implantada vem alcançando os objetivos definidos.

Palavras-chave: política de cotas. democratização do acesso. ensino superior.

Introdução

A precariedade da Educação Básica brasileira não é recente, e historicamente ela está aquém dos patamares desejáveis de qualidade de ensino. O aluno que usufrui do ensino público muitas vezes faz parte da classe social menos privilegiada da sociedade e acaba sofrendo as consequências desse ensino deficitário. Geralmente este aluno, que dispõe de menos recursos financeiros, não pode ter acesso a uma educação privada, sente-se excluído, e, muitas vezes um aluno com um sentimento de exclusão devido a sua classe social, acaba optando por uma desistência antecipada, antes que o próprio sistema (educacional, social, econômico, político, etc.) o elimine.

Desde 1990 vem ocorrendo um leve crescimento no ingresso de estudantes negros e da classe trabalhadora nas instituições de ensino superior. Esse crescimento deve-se, em parte, à institucionalização por parte do Estado de ações afirmativas na área educacional. Muitos alunos que não tinham condições de concorrer a uma vaga no ensino superior, por razões ligadas à etnia e/ou classe social estão tendo a oportunidade de ingressar em universidades públicas, em muitos casos, graças às políticas afirmativas. A política de cotas é um exemplo de política afirmativa proposta pelo Estado, e têm o objetivo de elevar o número de alunos oriundos de classes historicamente excluídas no ensino superior.

As muitas discussões travadas no campo político e educacional têm tomado corpo sob novas perspectivas e o tema se mostra de elevada importância quando se fala em *igualdade de oportunidades* e *igualdade de resultados* no ensino superior, questão muito presente na atualidade. Fundamental ressaltar a importância do reconhecimento do direito à igualdade que todos os cidadãos têm, no entanto, no contexto da sociedade atual, é necessário também garantir o direito à diferença. Nessa perspectiva, surge a política de cotas nas instituições de ensino superior. Elas garantem oportunidades diferenciadas àqueles que têm necessidades diferenciadas.

Este texto é oriundo de uma pesquisa realizada em um momento histórico marcado pelo conflito e pela polêmica que as políticas de ação afirmativa, e o sistema de cotas em especial, têm gerado na sociedade, e, mais especificamente, no acesso ao ensino superior.

Pretende-se contribuir com esse debate acadêmico a partir do estudo decorrente da vivência dos sujeitos envolvidos e da realidade da política de cotas implementada numa instituição de ensino superior pública paranaense. A pesquisa objetivou identificar se, na opinião dos estudantes cotistas e não cotistas, a política de cotas implementada desde o ano de 2006 na instituição tem possibilitado (favorecido) a democratização do acesso ao Ensino Superior.

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, que adotou como instrumento o questionário, e utilizou para análise dos depoimentos a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC de Lefèvre, Lefèvre (2000).

O texto aqui apresentado traz inicialmente uma breve discussão sobre as desigualdades sociais e educacionais e a (auto) exclusão do sistema educacional e em seguida discute o conceito de democracia como fundamento para o estudo da política de cotas. A metodologia da pesquisa e a análise e discussão dos resultados são apresentados na sequência trazendo a percepção dos acadêmicos participantes da pesquisa, quanto à efetividade da democratização do acesso ao ensino superior oportunizada pela política de cotas. Nas considerações finais são tecidos alguns comentários sobre os resultados obtidos e aponta-se para a necessidade de aprofundar os estudos para compreender se a política de cotas vem possibilitando gradativamente o acesso ao ensino superior.

As desigualdades sociais e educacionais e a (auto) exclusão do sistema educacional

Para melhor compreender o papel que as desigualdades adquirem frente ao sistema social e educacional, recorre-se a teoria da violência simbólica. Bourdieu pensou o sistema social como sistema que reproduz as desigualdades existentes, dentro do *loco* das concepções de campo, capital e poder simbólico. Com o objetivo de elucidar o campo específico de realização deste trabalho, é importante esclarecer os conceitos propostos por Pierre Bourdieu.

Os diversos campos (o científico, o político, o econômico, o acadêmico, o artístico) estão inseridos na sociedade. Bourdieu (2004, p. 20) explica que campo é “[...] esse microcosmo dotado de suas leis próprias”, sendo que individualmente têm as suas lutas, seus embates e seus envolvidos em particular.

Os campos sofrem interferência uns dos outros, mesmo tendo certo grau de autonomia com relação à sociedade em geral. “[...] é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações, etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve” (BOURDIEU, 2004, p. 21).

A educação pode ser tomada como um campo próprio, no qual existem lutas específicas, sendo que está inserido na sociedade e sofre as implicações de grupos sociais determinados. A questão acesso à educação superior é um dos embates que ocorrem dentro do campo da educação, sendo a democratização do acesso e permanência uma das discussões com maior relevância no momento atual.

Bourdieu (2004, p. 22-23) fala que “todo campo [...] é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”. O autor ainda coloca que um dado campo não é passível de mudanças facilmente, uma vez que as determinadas características estão nele cristalizadas, “[...] nada é mais difícil e até mesmo impossível de ‘manipular’ do que um campo” (BOURDIEU, 2004, p. 25).

Para o autor este é o local de lutas entre os próprios agentes, pois “qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade” (BOURDIEU, 2004, p. 29).

Bourdieu afirma que ao longo da história a população tem acreditado no poder da educação para a mobilidade social, esperando que a elevação do grau de estudo seja capaz de ascender o indivíduo social e economicamente,

É provável por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da ‘escola libertadora’, quando ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social. (BOURDIEU, 2010a, p. 41).

Para o autor, o sistema de ensino age para a perpetuação das diferenças entre classes, mostrando que os estudantes que obtêm os melhores resultados fazem parte das classes que ocupam os mais altos lugares na pirâmide social e econômica.

Muitos autores compartilham da concepção de Bourdieu, pois consideram que o sistema educacional favorece a conservação social, oferecendo melhores condições de ascensão a níveis mais elevados da sociedade àqueles que já são favorecidos economicamente, “[...], pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural” (BOURDIEU, 2010a, p. 41).

Para o autor, em geral, os alunos pobres não almejam o ingresso no ensino superior, pois historicamente os estudos universitários fazem parte da vida daqueles que não tem a necessidade de trabalhar para garantir seu sustento e de sua família. Em uma sociedade onde a

educação superior é tida como um privilégio de poucos, a grande maioria dos estudantes abre mão do ‘sonho’ do ingresso em uma instituição de ensino superior em virtude da tradição histórica de exclusão.

Mesmo quando a necessidade de melhores salários incita a realização de um curso superior, a rede privada de ensino superior é escolhida pelas maiorias, pois não representa grande concorrência em concursos vestibulares.

No Brasil as vagas em instituições públicas são privilégio de estudantes provenientes de minorias abastadas, que dispõe de tempo para preparação, bem como tempo para dedicação durante a realização do curso.

De modo geral, observa-se a existência de processos de seleção excludentes que conseguem alijar das Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente das públicas, os alunos originários das classes populares, o ideário das capacidades individuais, da igualdade de oportunidades e da livre concorrência permeia os processos seletivos, em que pesem os condicionantes socioeconômicos e as iniquidades do processo de escolarização no país. (CATANI; OLIVEIRA, 2003, p. 113).

Fica clara, assim, a idéia que o autor expressa, de que as classes com maior capital econômico são as que possuem um grau também mais alto de capital cultural, e logo, maior possibilidade para o acesso ao ensino superior. O sucesso destas muitas vezes não é atribuído aos fatores fundamentais como o de maior facilidade de acesso a bens culturais e ensino de qualidade, mas tido como ‘natural’ e ousa-se dizer, lógico, pois filhos de pais ricos têm maior probabilidade de chegar a realizar um curso superior, ao passo que um aluno vindo de classes inferiores muitas vezes sequer consegue obter sucesso no ensino médio.

Embora a escola seja um instrumento de manutenção da sociedade, ela transmite uma noção diferenciada, dissimulando seu papel, de forma que sua função de *transmissora de cultura* e de *agente fundamental para o desenvolvimento social e humano* é assimilada pela sociedade em geral. Esta afirmação demonstra a ideologia embutida por detrás do sistema educacional, ideologias estas que, segundo Bourdieu (2010d, p. 10) “[...] servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais”.

O autor diz que essa forma de poder garante uma verdadeira transformação das relações de força e poder, de modo que a sociedade menos favorecida acaba por ignorar o reconhecimento desta violência. Assim, é possível manter as classes sociais divididas de acordo com os interesses dominantes sem que os sujeitos necessitem se envolver diretamente nos embates.

O sistema de ensino assume a tarefa de transmitir os valores herdados de classes, através de seu poder simbólico. Estes sistemas simbólicos, dentro dos quais as instituições de ensino se enquadram, exercem um poder estruturante na sociedade. Ou seja, elas agem de forma a estruturar a sociedade dentro do sistema de classes. Mas esse poder estruturante só é possível porque estes sistemas simbólicos são, por sua vez, estruturados pela sociedade.

Dessa forma, a educação exerce um poder estruturante porque é também estruturado. O sistema educacional só consegue influenciar o sistema de classes de forma a favorecer a sua manutenção, porque ele mesmo é fruto dessas diferenças de classe.

E através dessa violência simbólica os dominados continuam acreditando em sua situação como *natural*, não refletindo sobre os mecanismos que permeiam tal manutenção social e aceitando as diferenças de classes impostas como herança, algo que foi herdado por ele e que será deixada por ele.

Esse status de *herança* se atribui também ao capital cultural que cada família possui. O capital cultural pode ser definido como o conjunto *habitus* que um grupo social possui, como por exemplo, a valorização da leitura, familiarização com a arte, etc.

O autor coloca que o capital cultural é, muitas vezes, o responsável pelo sucesso ou a exclusão que ocorrerá na vida escolar. As influências educativo-culturais que um indivíduo recebe ainda na infância interferem diretamente na vida educacional. Quando uma criança está familiarizada com objetos, comuns à vida escolar e que favorecem o desenvolvimento intelectual, as atividades escolares se tornam naturais. Cada família é responsável por transmitir os valores embutidos nessa cultura, sendo que cada família transmite esses valores aos seus filhos, de maneira indireta.

O capital cultural “[...] é um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar” (BOURDIEU, 2010a, p. 41-42). A instituição escolar também é instrumento que propicia a aquisição do capital cultural, sendo que as famílias com maior capital econômico e cultural procuram as melhores escolas, de forma a manter a tradição e a posse do capital cultural e social.

É possível identificar através dos estudos de Bourdieu a grande dificuldade que os alunos vindos das camadas mais baixas da sociedade têm para entrar em uma universidade. Quanto mais pobre e mais excluído for o indivíduo, menores as chances que ele tem no mundo educacional.

Como se pode encaixar e legitimar o acesso de todos em um sistema segregacionista, no qual quem detém o capital social e econômico está à frente dos sistemas simbólicos, sistema esse em que a universidade se insere? Nesse sentido vêm os exames de seleção, que, ao contrário do ideal, legitimam a entrada de poucos no sistema de ensino superior, onde somente ‘os melhores’ são aceitos, ou como diriam os jesuítas, o *homo hierarchicus* (BOURDIEU; PASSERON, 2008).

Bourdieu tece comentários quanto às diferenças de classe e as desigualdades de acesso, “vê-se nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais” (BOURDIEU, 2010a, p. 41). Para Bourdieu a seleção pode ser direta, quando se trata de exames, ou indireta, quando o indivíduo se exclui antes mesmo do exame.

Para o autor, fica claro na observação do sistema de ensino que muitos alunos se eliminam antes mesmo de serem eliminados. E quanto mais baixa for a classe na qual o estudante se insere, mais cedo ocorrerá esta exclusão.

Para alguns, já cientes de sua situação de desvantagem frente à elite social e econômica, é mais fácil permanecer na situação em se encontram, pois não há sentido em buscar possibilidades em um campo que ele não faz parte, e em seu ver jamais fará. Essa concepção é muitas vezes passada aos indivíduos na escola, onde ele recebe a discriminação como subjetiva, natural, corriqueira e permanente.

Essa forma de tratamento dada pelas escolas fortalece as desigualdades em todos os níveis da educação. Um aluno que é levado a acreditar que, em virtude de sua classe, não tem chances no sistema educacional, dificilmente terá condições de transpor barreiras que são mais difíceis quando se eleva o nível educacional. E, as raras exceções, ou seja, os poucos indivíduos que conseguem transpor os obstáculos impostos a ele servem como legitimação da seleção escolar.

Quando alguns poucos alunos conseguem transpor as barreiras de classe e obtêm sucesso no sistema de ensino, acabam por dar crédito ao sistema excludente. Isso legitima o discurso de que ‘quem se esforça obtém os melhores resultados’ e de que o sucesso é uma questão de trabalho e dedicação (BOURDIEU, 2010a). O indivíduo que sofre com as eliminações e discriminações, e que consegue ascender seu capital cultural incorporado, objetivado e institucionalizado acaba sendo a legitimação que o sistema de ensino precisa para manter as diferenças entre classes.

Esta pode ser uma justificativa para a negação de grande parcela da sociedade em aceitar a utilização das políticas de cotas para o ingresso nas universidades, pois o sistema coloca a seu favor todos os fatos que permeiam o sistema de classes. Os detentores do capital econômico e cultural defendem veladamente a perpetuação das desigualdades, para que a chance de continuar a serem os únicos com acesso livre ao capital cultural continue sendo deles.

Para os defensores da utilização de cotas nas universidades fica claro que esta é uma forma de abrir o espaço acadêmico para os excluídos do sistema educacional. O que é defendido por aqueles que têm esclarecimento acerca do sistema, que tende a perpetuar as diferenças entre classes, é a igualdade para o acesso ao sistema de ensino, com vistas a uma igualdade no sistema educacional e social. “[...] o curso superior aparece como horizonte de formação, muito mais para as camadas médias que para as de menores níveis de renda; poder-se-ia dizer que essa é uma vocação de classe” (QUEIROZ, 2004, p. 102).

Democracia como fundamento para o estudo da política de cotas

A política de cotas é uma política que se baseia no argumento de que a sub-representação de minorias em instituições e posições de maior prestígio e poder na sociedade são reflexos da discriminação social (OLIVEN, 2009; 2007). Visa em caráter provisório à criação de incentivos a grupos desfavorecidos para beneficiar os alunos que provêm de camadas populares, com baixo poder econômico, geralmente oriundos de escolas públicas, ou minorias étnicas, destacando o fato de que, muitas vezes, estes alunos têm necessidades específicas para sua integração e permanência nos espaços universitários (ALMEIDA, 2003).

Nesse sentido, pode-se perceber que a teoria da violência simbólica proposta por Bourdieu já não explica por completo as relações sociais, uma vez que, para alguns estudantes (oriundos de classes mais baixas) esta política está garantindo a igualdade real no tocante ao acesso ao ensino superior. Considera-se, então, essencial para se compreender as limitações da teoria de Bourdieu e o caráter inclusivo e democratizante da política de cotas vislumbrar conceitos básicos que permeiam as políticas afirmativas

Entende-se o conceito de democracia como fundamental para que a política de cotas seja justificada socialmente, pois, a política de cotas é um meio para se atingir a democracia, uma garantia para que o cidadão possa exercer seus direitos. Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (2010) democracia converge em três tradições do pensamento político. A teoria clássica é divulgada como teoria aristotélica, na qual Aristóteles diz que a democracia, como governo de todo o povo, diverge das diferentes formas de governo (monarquia e aristocracia). Na teoria medieval, originada na sociedade romana da antiguidade, o poder deriva do povo e se transmite por delegação do superior para o inferior. Quanto à teoria moderna, originada em Maquiavel, concebe-se que existem somente duas formas de governo, a monarquia e a república, sendo a democracia mais uma forma de república (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010).

Importante ressaltar que as discussões travadas sobre democracia política ao longo dos séculos envolveu, principalmente, um paralelo entre as duas doutrinas políticas dominantes: o liberalismo e o socialismo.

Dessa forma, pode-se afirmar que a democracia se acomoda a doutrinas com conteúdos ideológicos diversos, pois “certamente nenhum regime histórico jamais observou inteiramente o ditado de todas estas regras; e por isso é lícito falar de regimes mais ou menos democráticos” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010, p. 327).

Bobbio, Matteucci e Pasquino (2010) explicam que a democracia no Estado socialista representa um elemento integrante e necessário, mas não constitutivo. Integrante por ser esta

uma das metas propostas pelos teóricos do socialismo, necessário porque sem a democracia a profunda transformação da sociedade, tão desejada pelos teóricos, não seria alcançada, e não constitutivo porque a essência do socialismo sempre foi revolução de classes, a modificação das relações econômicas e não apenas das relações políticas, da emancipação social no plano formal.

No liberalismo a democracia é tida como censitária, elitista, uma extensão do mercado e este sistema reage com relação à democracia. Para Bobbio, (1988, apud PANSARDI, 2010, p. 81) “a democracia moderna, assim, não foi fruto do movimento liberal”. Segundo o autor, o Estado liberal clássico não pode ser considerado democrático quando se observam os ideais da participação popular nas decisões que influenciam a sociedade, sendo que, para os liberais, a sociedade entrou em crise justamente pela ampliação do Estado e das políticas públicas.

O surgimento do neoliberalismo é uma reação contra o advento da democracia das massas (e da ampliação das políticas sociais). Os neoliberais que se declaram democráticos não exitam em apontar que as decisões do mercado estão acima das decisões políticas. “Restringir a democracia não significa restringir a liberdade, ao contrário, muitas vezes as decisões majoritárias limitam as liberdades, principalmente as das minorias” (PANSARDI, 2010, p. 84).

Contudo, essa limitação não é percebida pelas minorias. A democracia é camuflada com preceitos de igualdade, de forma que as massas acabam abrindo mão da verdadeira liberdade. “[...] o neoliberalismo aceita o governo da maioria como método para a tomada de decisões, mas não como autoridade para determinar que decisão deva ser adotada” (PANSARDI, 2010, p. 84).

Para o neoliberalismo o processo de substituição das decisões individuais por decisões coletivas e de redução da diversidade pela uniformidade, incita a limitação da democracia e elimina-se a liberdade. Essas vantagens ‘legítimas ou ilegítimas’ são frutos “[...] da ação de grupos de pressão que se multiplicam a medida mesmo que a eficácia do Estado diminui” (PANSARDI, 2010, p. 86).

A política de cotas pode ser considerada uma política democrática, já que promove a socialização de um bem (o ensino superior) para quem não tem chances iguais para concorrer a esse nível de ensino. No entanto, a democratização do acesso ao ensino superior é apenas um instrumento para se atingir a democracia plena, pois conforme afirma Duriguetto (2007, p. 50) “[...] as conquistas democráticas formais não devem ser a meta final das lutas dos trabalhadores”, pois a democracia é apenas um dos instrumentos necessários para a verdadeira socialização.

Metodologia da pesquisa

Num processo de investigação científica, o pesquisador tem sempre uma intencionalidade, que é a de produzir conhecimentos que permitam compreender e contribuir para transformar a realidade (PÁDUA, 2000). Assim, a presente investigação pode ser entendida como um modo de pensar as relações sociais e suas contradições.

A realização deste trabalho orienta-se pelos princípios da pesquisa qualitativa, que se destaca pela relevância que atribui aos significados dos fenômenos e processos sociais, pois se acredita que durante seu processo de realização, a investigação oportuniza ao investigador revelar a relação entre o meio social, os sujeitos e as variáveis que permearam o trabalho.

A opção por esta abordagem metodológica baseia-se no fato de que pesquisas qualitativas são capazes de incorporar questões fundamentais como o significado e a intencionalidade do objeto e dos sujeitos estudados como próprios “[...] **aos atos, às relações e as estruturas sociais**” (LEFÈVRE; LEFÈVRE; TEIXEIRA, 2000, p. 15, grifo no original). Segundo os autores, as estruturas sociais são entendidas no seu surgimento e em sua

transformação como construções humanas significativas, portanto, é necessário entender a complexidade e a relação dialética entre os sujeitos e a realidade, a fim de que a pesquisa seja fiel ao espaço onde se dão os acontecimentos.

Quando, em uma pesquisa, se busca compreender o pensamento ou a opinião uma coletividade de indivíduos, percebe-se que isso só é possível através do discurso, que aqui se entende como a manifestação lingüística acerca de um determinado tema.

Então, para descobrir a opinião de uma determinada população sobre programas sociais é necessário interrogá-la. Evidentemente realizar esse procedimento com todos os envolvimento é, muitas vezes, impossível, nesses casos a estratégia adequada é realizar uma pesquisa de opinião com uma amostra representativa desses sujeitos (LAVILLE; DIONNE, 1999). Para realizar tal consulta, a abordagem mais apropriada é o questionário.

A utilização de questionário traz inúmeras vantagens. Uma delas é a questão do tempo, pois a aplicação dos questionários pode ser realizada ao mesmo tempo com um grande número de respondentes de uma só vez (MOREIRA; CALEFFE, 2008). Outro fator é que os respondentes têm liberdade para responder no anonimato, o que pode lhes inspirar maior sinceridade nas respostas dadas (MOREIRA; CALEFFE, 2008).

As questões contidas no questionário utilizado nesta pesquisa foram abertas. Laville e Dionne (1999) explicam que este instrumento é particularmente precioso quando as respostas possíveis são imprevisíveis e desconhecidas. Os sujeitos pesquisados “tem assim a ocasião para exprimir seu pensamento pessoal, traduzi-lo com suas próprias palavras, conforme seu próprio sistema de referência” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 186).

Nesse horizonte, é possível compreender porque as abordagens de corte qualitativo permitem a compreensão mais aprofundada dos campos sociais e dos sentidos neles presentes, através do espaço relevante que atribuem aos discursos, na medida em que remetem a uma ‘teia de significados’ (LEFÈVRE; LEFÈVRE; TEIXEIRA, 2000).

Em consonância com os objetivos da pesquisa qualitativa, a metodologia utilizada para análise dos dados foi o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) Essa proposta metodológica sinaliza a presença de um sujeito individual do discurso, também expressa uma referência coletiva, na medida em que esse ‘eu’ individual representa uma coletividade. Segundo Lefèvre e Lefèvre (2005, p. 16, grifo no original) “o Discurso do Sujeito Coletivo é, [...], uma forma ou um expediente destinado a fazer a coletividade *falar* diretamente”.

O DSC consiste na análise do material verbal coletado na pesquisa, extraindo-se dos depoimentos pessoais as idéias-centrais (IC) e suas correspondentes expressões-chave (ECH), para posterior composição de um ou vários discursos-síntese. A IC pode ser entendida como a afirmação que permite exprimir o sentido essencial do conteúdo discursivo mencionado pelo indivíduo em seu depoimento, e também nos depoimentos dos diferentes indivíduos, que apresentem sentido semelhante ou complementar (LEFÈVRE; LEFÈVRE; TEIXEIRA, 2000). As expressões-chave são “[...] constituídas por transcrições literais de parte dos depoimentos” e permitem que o pesquisador, durante o processo de construção do DSC, resgate a essência do conteúdo discursivo que, em geral, representa as respostas às questões de pesquisa (LEFÈVRE; LEFÈVRE; TEIXEIRA, 2000, p. 18).

Através dessa metodologia, os vários discursos individuais obtidos são organizados na forma de um único pensamento sistematizado, que é emitido pela primeira pessoa coletiva do singular. Trata-se de um *eu* que é utilizado somente para a construção do texto, que ao mesmo tempo em que sinaliza a presença de um sujeito individual, representa uma coletividade (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

Os discursos são submetidos individualmente a uma análise inicial, ou seja, são decompostos em suas ancoragens e idéias-centrais e posteriormente são todos reunidos, onde o pesquisador deve reconstituir sua forma discursiva (LEFÈVRE; LEFÈVRE; TEIXEIRA, 2000).

Acredita-se que com a sua utilização, o processo de análise dos dados possibilite a realização de novas reflexões acerca do objeto pesquisado, proporcionando o diálogo entre o dito e o vivido, entre o descrito e a realidade efetiva.

Análise e discussão dos dados

No processo de análise dos dados, os depoimentos dos estudantes foram separados entre estudantes cotistas e não-cotistas, criteriosamente tabulados e classificados de acordo com as categorias que emergiram dos depoimentos. Após, os dados obtidos foram analisados quantitativamente, gerando gráficos.

A questão analisada teve por objetivo identificar se, na opinião dos estudantes, a política de cotas tem possibilitado (favorecido) a democratização do acesso ao Ensino Superior. Para tanto a seguinte questão foi proposta: “*Em sua opinião a política de cotas tem possibilitado (favorecido) a democratização do acesso ao Ensino Superior?*”. O estudante participante da pesquisa poderia assinalar uma das alternativas *sim* ou *não* e ainda comentar sua opção.

Um total de 596 estudantes participou da pesquisa, sendo 166 estudantes cotistas e 430 não cotistas. Pela análise dos dados foi possível perceber que 75% dos estudantes cotistas acreditam que a política de cotas possibilita/favorece a democratização do acesso ao ensino superior, 25% acreditam que não democratiza e 5% dos estudantes não assinalaram nenhuma das alternativas. Entre os estudantes não cotistas foi possível perceber que 45% acreditam que a política de cotas possibilita/favorece a democratização do acesso ao ensino superior, 51% acreditam que não democratiza e 4% dos estudantes não assinalaram nenhuma das alternativas.

Os comentários feitos pelos estudantes foram agrupados conforme a opção assinalada e analisadas conforme a metodologia do DSC. Abaixo segue a descrição das IC's identificadas:

- a) *Possibilita a democratização do acesso considerando as desigualdades sociais*: as IC's destes discursos representam aqueles estudantes que acreditam que a política de cotas favorece a democratização do acesso ao ensino superior devido às desigualdades sociais existentes;
- b) *Possibilita a democratização do acesso considerando as desigualdades entre o ensino público e o privado*: as IC's destes discursos representam aqueles estudantes que acreditam que a política de cotas favorece a democratização do acesso ao ensino superior devido às desigualdades educacionais entre o sistema público e privado de ensino, sendo que os estudantes oriundos do ensino privado têm maiores chances de chegar ao ensino superior;
- c) *Possibilita a democratização do acesso, mas é necessário investir na educação pública*: as IC's destes discursos dizem que, embora a política de cotas favoreça a democratização do acesso ao ensino superior é necessário investir na educação básica para que ocorra, efetivamente, a democratização;
- d) *Possibilita a democratização*: as IC's afetos a esta categoria expressam seu posicionamento favorável à política de cotas, pois acreditam que esta política possibilita a democratização do acesso ao ensino superior, não havendo justificando especificamente sua opinião;
- e) *Democratiza parcialmente*: as IC's afetos a esta categoria indicam que a política de cotas democratiza parcialmente o acesso, pois os estudantes revelam-se contrários a política de cotas para estudantes negros;

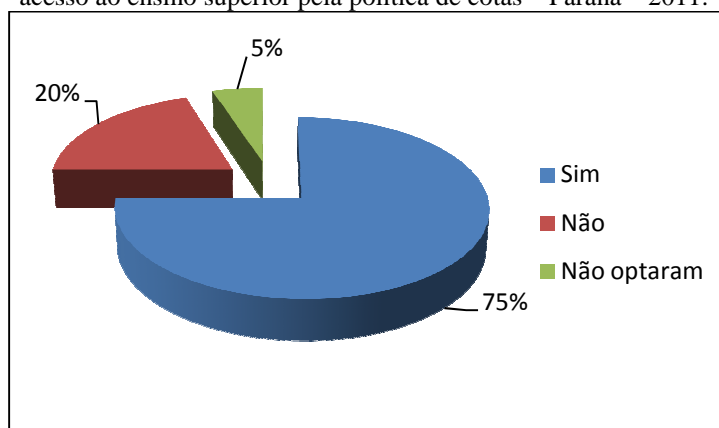
- f) *Apesar de contrários as cotas, elas democratizam o acesso:* as IC's mostram que, mesmo sendo contrários à política de cotas, é possível perceber que esta política tem contribuído para a democratização do acesso ao ensino superior;
- g) *A política de cotas não democratiza o acesso:* as IC's destes discursos representam aqueles estudantes contrários à política de cotas e que afirmam que a política não favorece a democratização do acesso ao ensino superior;
- h) *Não democratiza, pois é necessário investir no ensino público:* as IC's destes discursos expressam que a política de cotas apenas minimiza a grande defasagem que existe no ensino público, sendo que só haverá uma verdadeira democratização quando todos tiverem acesso à educação pública de qualidade.

Importante observar que 46 estudantes que responderam o questionário não teceram comentários sobre sua adaptação no curso de graduação e que 8 comentários, após analisados foram considerados *lixo discursivo*.

O *lixo discursivo* representa os depoimentos que não estão em consonância com a questão, pois são particularismos ou expressões que não se repetem e/ou não compõe uma IC (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2005b) (LEFEVRE e LEFEVRE, 2010).

Os gráficos seguintes representam a ocorrência de IC's dos estudantes cotistas.

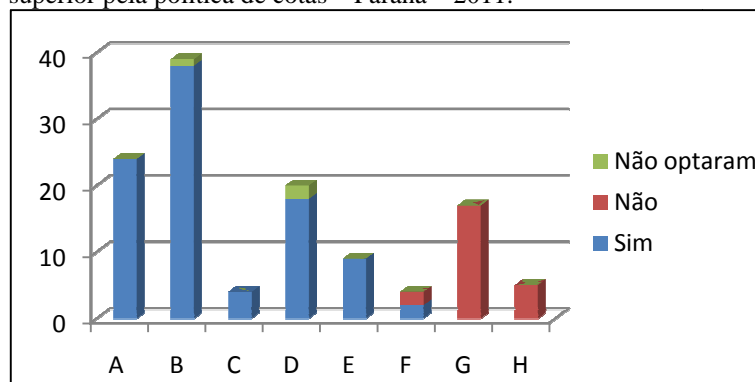
Gráfico 1- Ocorrências (%) totais das alternativas assinaladas referentes a estudantes cotistas quanto à democratização do acesso ao ensino superior pela política de cotas – Paraná – 2011.



Fonte: Comentários transcritos dos questionários aplicados aos estudantes cotistas.

O gráfico revela que a mais da metade dos estudantes cotistas participantes da pesquisa acredita que a política de cotas vem possibilitando a democratização do acesso ao ensino superior.

Gráfico 2- Ocorrências das IC's identificadas nos discursos dos estudantes cotistas quanto à democratização do acesso ao ensino superior pela política de cotas – Paraná – 2011.

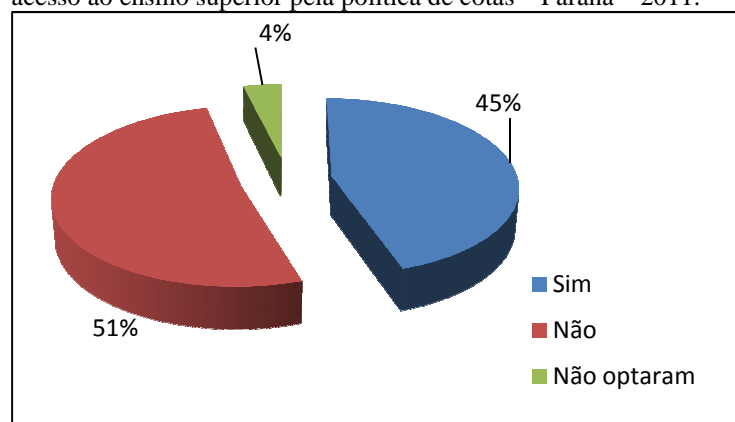


Fonte: Comentários transcritos dos questionários aplicados aos estudantes cotistas.

Este gráfico revela que a IC mais presente nos discursos dos estudantes cotistas é que a política de cotas possibilita/favorece a democratização do acesso considerando as desigualdades educacionais, a IC B que predominou na análise dos dados.

Com relação aos estudantes não cotistas os dados obtidos foram os seguintes.

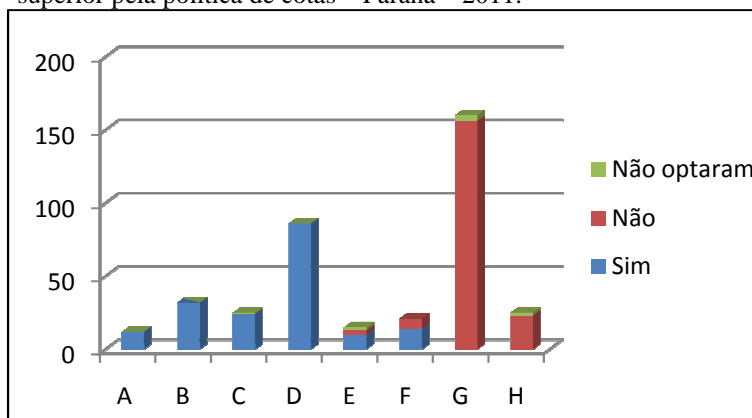
Gráfico 3 - Ocorrências (%) totais das alternativas assinaladas referentes a estudantes não cotistas quanto à democratização do acesso ao ensino superior pela política de cotas – Paraná – 2011.



Fonte: Comentários transcritos dos questionários aplicados aos estudantes não cotistas.

Neste caso o gráfico revela que há uma diferença estatística muito pequena entre os estudantes não cotistas que acreditam que a política de cotas possibilita a democratização do acesso ao ensino superior e os que não acreditam nesta democratização. Este é um indicador importante, quando se busca desvelar a aceitação e compreensão de uma política pública afirmativa, como a política de cotas pelos sujeitos envolvidos.

Gráfico 4 - Ocorrências das IC's identificadas nos discursos dos estudantes não cotistas quanto à democratização do acesso ao ensino superior pela política de cotas – Paraná – 2011.



Fonte: Comentários transcritos dos questionários aplicados aos estudantes não cotistas.

Neste gráfico é possível perceber que a IC mais presente nos discursos dos estudantes cotistas é que a política de cotas não possibilita/favorece a democratização do acesso. Contudo, dentre aqueles estudantes que acreditam que a política de cotas favorece a democratização do acesso é possível identificar seis diferentes IC's. Isso mostra que, apesar de se tratar de discursos de estudantes não cotistas, estes estudantes têm diferentes argumentos sobre a importância da política de cotas e sua contribuição para a sociedade.

Considerações finais.

De acordo com os aspectos teóricos levantados no início do trabalho e com a análise quali-quantitativa dos dados pode-se concluir que a teoria da violência simbólica proposta por Pierre Bourdieu, muito válida em seu contexto de criação, nos dias atuais já não consegue explicar totalmente a dinâmica das relações sociais.

O próprio Bourdieu dizia que, ele, vindo de uma família humilde do interior, era uma afirmação e uma negação de sua teoria, uma vez que não ousou concorrer a cursos universitários de maior prestígio social, no entanto, obteve sucesso e visibilidade graças à educação de qualidade que recebeu.

É fato que os maiores beneficiados pela política de cotas são os dominantes em sua classe, contudo, sem a possibilidade da política de cotas estes sujeitos não teriam chance no ensino superior público brasileiro. A ascensão das classes sociais B, C e D tem mostrado isso, pois à medida que a classe B passa a fazer parte da classe A, as demais classes ascendem, o que possibilita a elevação dos índices sociais e, por consequência, educacionais.

Os dados revelados neste trabalho mostram que, mesmo em um sistema impiedoso e meritocrático de seleção para o ensino superior, a política de cotas vem ganhando espaço e que os envolvidos, estudantes universitários beneficiados ou não pela política de cotas, tem opiniões diversas sobre a democratização que a política de cotas proporciona.

Embora muitos estudantes, quase metade, sejam contra a política de cotas, a maioria acredita que a política de cotas democratiza o acesso ao ensino superior. Nesse sentido, ousa-se afirmar que esta política contribui para democratização do acesso ao ensino superior e pode promover modificações na estrutura social, quando possibilita que algumas pessoas ascendam a patamares sociais mais elevados.

Isso mostra que a política de cotas pode não só democratizar o acesso ao ensino superior, mas modificar as condições de vida de diversos cidadãos não diretamente afetados por esta política.

Dessa forma, o fato de que mais de 50% dos estudantes cotistas e não cotistas acreditarem que a política de cotas possibilita/favorece a democratização do acesso ao ensino superior oferece dados de grande relevância, pois quanto a este fundamento a política de cotas tem atingido seus objetivos, ou seja, tem sido efetiva. Estes dados levam a duas conclusões, que os estudos precisam ser intensificados para se compreender as transformações sociais que esta política vem realizando e que esta política de cota adotada na instituição vêm alcançando seus objetivos está no rumo certo.

Referências

ALMEIDA, M. A. O. **Políticas de Ação Afirmativa e Ensino Superior:** a experiência do curso de graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Rio de Janeiro: [s.n.], 2003. 131 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais das ciências:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. **Escritos de educação.** Petrópolis: Vozes, 2010a.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010d.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. Acesso e permanência no ensino superior: capacidades, competição e exclusão social. In: SEVERINO, A. J.; FAZENDA, I. C. A. **Políticas educacionais:** o ensino nacional em questão. Campinas: Papyrus, 2003.

DURIGUETTO, M. L. **Sociedade civil e democracia:** um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.; TEIXEIRA, J. J. V. **O discurso do sujeito coletivo:** uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

OLIVEN, A. C. Ações afirmativas nas universidades brasileiras: uma questão política, um desafio pedagógico. In: FRANCO, M. E. D. P.; KRAHE, E. D. **Pedagogia Universitária e Áreas de Conhecimento**. Porto Alegre: EdiPucrs, 2007. p. 151-160.

OLIVEN, A. C. Ações afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o seu significado simbólico. **Educação**, Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 65-76, jan/abr 2009.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas: Papyrus, 2000.

PANSARDI, M. V. Pensando as relações entre democracia e educação: do nascimento da social-democracia à hegemonia neoliberal. In: SCHLESENER, A. H.; SILVA, S. R. D. **Política, gestão e história da educação no Brasil**. Curitiba: UTP, 2010.

QUEIROZ, D. M. **Universidade e desigualdade**: brancos e negros no ensino superior. Brasília: Líber Livro, 2004.